

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS

ESTA LUTA É NOSSA!

Vamos à mobilização garantir a data base



Ainda não há nenhum sinal concreto de que o governo vai conceder o reajuste dos nossos salários em 1º de maio.

Temos que nos manter alertas para que nossos direitos sejam respeitados.

NO FIM DO MÊS DE ABRIL, VAMOS ÀS RUAS PARA MANDAR O RECADO: NENHUM DIREITO A MENOS!

Encontro Estadual define pauta da nossa Campanha Salarial



As pautas de reivindicações, geral e específicas, foram definidas nas plenárias regionais, debatidas e referendadas durante Encontro Estadual do SINDISEAB, em 27 de março.

Na ocasião, o economista Cid

Cordeiro fez a análise de conjuntura econômica das finanças do Estado. Confira o porquê do Governo Beto Richa querer aprovar as mudanças na ParanaPrevidência até o fim de abril. PÁGINA 3.



Governo tem pressa para mudar ParanaPrevidência

O FES repudiou a aprovação do regime de urgência para o trâmite do PL que altera as leis da ParanaPrevidência e emitiu nota pública defendendo a rejeição do PL 252/2015.

O FES insiste que precisa de mais tempo, pelo menos até a

segunda semana de maio, para discutir e esclarecer as emendas ao projeto no conjunto das diversas categorias.

Saiba o que o governo pretende e o que o FES defendeu na Audiência Pública da ParanaPrevidência. PÁGINA 4.

EDITORIAL

De olho na ParanaPrevidência e na Campanha Salarial

Desde o início do ano, o governo mandou projetos de lei para a Assembleia Legislativa trazendo polêmicas ao centro do debate. O SINDISEAB, junto com o FES – Fórum das Entidades Sindicais – tomou posição firme contra o conjunto das medidas, o que acabou levando o governo à retirada do projetos.

Agora, após o acirrado conflito, temos um cenário diferente. Há cerca de 20 dias, tem prevalecido o diálogo, discussão de ideias e diferentes análises da situação do sistema de previdência do funcionalismo, bem como, a situação geral da crise que abate o governo e abala a sociedade paranaense.

Mantivemos a postura crítica sobre as propostas do Poder Executivo. Não nos furtamos de apresentar as alterações ao projeto inicial visando defender os interesses dos servidores públicos estaduais.

O SINDISEAB, enquanto coordenação do FES, tem participado ativamente nas negociações sobre a alteração das leis da ParanaPrevidência. É preciso, no entanto, que a base também fique atenta e amplie o debate sobre o nosso futuro. O sindicato já encaminhou farto material por malote.

Os dirigentes regionais devem, permanentemente, fazer o debate com a base, mobilizar e interagir com a Direção Executiva por meio das comissões locais que se reportarão à Direção Executiva pelo email da Secretaria Geral: donizetti@sindiseab.org.br.

Estamos planejando uma mobilização conjunta com todos os sindicatos de servidores para a última semana de abril tanto no interior; quanto em Curitiba. Na ocasião, o PL 252/2015 deverá estar em votação. Temos que garantir que as emendas propostas pelo FES sejam aprovadas!!!



FORMAÇÃO

Sindicatos Cutistas planejam cursos para o 2º semestre

Com o objetivo de trocar experiências, avaliar e estabelecer metas conjuntas, a Central Única dos Trabalhadores do Paraná realizou, no dia 20 de março, o Planejamento da Secretaria de Formação da CUT para o ano de 2015. O evento contou com a presença dos coordenadores dos coletivos de formação

dos sindicatos filiados à CUT-PR, representantes tanto de servidores públicos; quanto de trabalhadores da iniciativa privada. O SINDISEAB levou, como sugestão, propostas de novos cursos.

Além de ser o meio de repassar conhecimentos, para as direções sindicais e para a classe trabalhadora, os cursos

de formação também mantêm os associados unidos ao sindicato. Como, para a maioria das categorias, o primeiro semestre de cada ano é tempo de mobilização para a campanha salarial visando o reajuste da data base (1º de maio), os cursos de formação serão programados para o 2º semestre de 2015.



Previsão de novos cursos de formação do SINDISEAB

* **Organização por Local de Trabalho (OLT):** em todo estado; parceria com a APP-Sindicato;

* **Organização e Representação Sindical de Base (ORSB):** em Maringá, Umuarama e Curitiba; em parceria com SISMMAR, APP-Sindicato, Sindiurbano, Sindipetro.

Desafios para a Formação

* **Investimento** - algumas entidades ainda encararam a formação como algo secundário, como despesas desnecessárias. Considerando as receitas gerais, tem-se observado um baixo percentual de investimento na formação nos sindicatos cutistas. Se exigimos dos governos investimentos em educação, temos que fazer o dever de casa.

* **Renovação de lideranças** - tanto no setor público, quanto no privado, há um envelhecimento das direções sindicais. Existe dificuldade em conquistar e manter novos dirigentes, pois falta política de estímulo e valorização. Além disso, outros motivos atrapalham o surgimento de novas lideranças:

- a) prejuízos:** quem se libera para o movimento sindical vê sua carreira se estagnar ao longo do tempo. As próprias categorias, nas negociações, discutem apenas as cláusulas econômicas e sociais; renegando garantias à liberdade sindical a segundo plano;
- b) despreparo:** nos anos 80 e 90, era inconcebível entrar no sindicato sem ter passado previamente por cursos de formação. Já há algum tempo, a maioria das direções passou a ser constituída por trabalhadores sem nenhuma formação sindical, cada vez menos conscientes, e pior, por pessoas que vão para o sindicato por interesses pessoais (estabilidade sindical, pegar no pé do chefe, vaidade, etc). Isso se reflete nas assembleias sindicais onde faltam ideologia, consciência de classe e preocupação em encaminhar a luta pelo interesse coletivo;
- c) conflito de gerações:** muitos dos dirigentes mais velhos têm dificuldade em apoiar, confiar e considerar importante as opiniões dos mais jovens. Falta paciência e solidariedade da “velha guarda” ao trabalho da “nova guarda”.

O desafio do movimento sindical é buscar um equilíbrio. Para isso, o processo de formação é fundamental. Além de aplicar recursos financeiros, os sindicatos precisam investir tempo (incluir na agenda), recursos humanos e disponibilizar a estrutura sindical para as atividades formativas. Abrir mão desse investimento implica em colocar em risco a própria sobrevivência da entidade sindical.

Propostas do SINDISEAB

* **Negociação Coletiva no Serviço Público** - a ideia seria elaborar um curso específico para o setor público. Existe a dificuldade, no entanto, de formar turma somente de servidores. Em 2014, por exemplo, um curso sobre negociação coletiva (pública e privada) foi realizado pela Escola Sul, tendo como público-alvo dirigentes sindicais dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Eram 35 vagas, o curso terminou com 16 alunos. Na ocasião, o SINDISEAB contatou todos os dirigentes regionais. Por fim, participaram somente os dirigentes Donizetti Silva e Wilson Simplício. Há previsão de uma nova edição para 2016.

* **Finanças Públicas e Orçamento** - atualmente o tema é debatido em um dos módulos do curso Desenvolvimento, Políticas Públicas e Ação Regional (DPPAR), para a formação de Conselheiros de Políticas Públicas. É realizado na Escola Sul.

* **Organização por Local de Trabalho** - o assunto é tratado no 3º módulo do curso de Organização e Representação Sindical de Base (ORSB), ofertado pela CUT Paraná.

* **Medicina e Saúde Ocupacional & Saúde do Trabalhador** - o tema será estudado e inserido como um módulo no curso de ORSB. Esse módulo está prometido, há algum tempo, pela Secretaria Nacional de Formação da CUT, mas ainda não está pronto.

* **Gestão Sindical** - faz parte do programa da Secretaria Nacional de Formação no Curso de Formação de Formadores, que deverá ser ofertado no Paraná em 2015/2016.

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTb 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 2.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizetti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elici Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPPR/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).



• FONE/FAX: (41) 3253.6328
• E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br
• SITE: www.sindiseab.org.br

UNIDOS NA LUTA!

Encontro Estadual encaminha a Campanha Salarial



Representantes de núcleos sindicais do SINDISEAB de todo o Paraná se reuniram, em 27 de março, no salão nobre do Hotel Condor em Curitiba.

Conjuntura Econômica - Para Cid Cordeiro, como o governo vai devolver os recursos para o Fundo Previdenciário “é questão secundária”, pois, “o PL tem o objetivo claro socorrer o caixa do Estado”, assevera.

“Por que o governo está precisando de dinheiro? Qual o tamanho do rombo?”, questionou. Segundo os cálculos do economista, o furo no caixa do governo está entre R\$ 3 bilhões a R\$ 6 bilhões. A dificuldade de calcular o valor exato está no “apagão da transparência”.

Para se ter uma ideia, o governo divulgou no Diário Oficial do Estado dois relatórios fiscais com o balanço de 2014: o primeiro no fim de janeiro; outro no início de março. “Não existem números oficiais confiáveis, pelo relatório de janeiro o rombo era de R\$ 5,4 bi; no segundo relatório, sumiram R\$ 3 bilhões em obrigações financeiras”, revela, “mesmo assim, há um saldo negativo de R\$ 1,5 bi”. “O furo é muito grande”, avalia, “o governo quer resolver o problema de má gestão apresentando as contas para a sociedade paranaense!”

O economista - que acompanhou as contas do governo pelo DIEESE por 32 anos e hoje assessora a Prefeitura de Curitiba - conta que Beto Richa deixou R\$ 403 milhões de despesas não empenhadas na prefeitura. Por isso, a conta pode ser muito maior. O economista calcula que todas as medidas adotadas pelo Governo do Estado (aumento de impostos; corte no custeio e intenção de retirar direitos dos servidores) tinham a intenção de arrecadar R\$ 8 bilhões. Segundo ele, a crise de caixa do governo ainda deve refletir na reposição salarial dos servidores na data base em 1º de maio.

Sem condições de trabalho - Na avaliação dos servidores, os serviços públicos estão sucateados de tal forma que inviabiliza o trabalho. Na SEMA, os comissionados estão assumindo o planejamento da políticas públicas do Meio Ambiente, deixando de lado os servidores de carreira. Não tem concurso no IAP desde 1989.

A situação é muito séria, pois a

maioria dos servidores está em vias de se aposentar. Se não houver reposição de pessoal imediata, em cerca de 10 anos órgão será extinto! O governo tem priorizado a contratação de comissionados, terceirizados e estagiários. Na SEAB não é diferente, faltam recursos, pessoal e investimento

em todos os setores.

Todos os problemas do Sistema SEMA (IAP, ITCG e ÁguasPR) serão levantados e atualizados pela Comissão do Meio Ambiente formada pelos servidores Dalpiaz, Salgado, Shirley, Temístocles, Margit, Izaías, Benedito, Elci e Ana Márcia.



À tarde, os servidores definiram a pauta de reivindicações e o plano de lutas para a Campanha Salarial de 2015.

Reivindicações aprovadas no Encontro Estadual

Os servidores da Agricultura e Meio Ambiente referendaram a pauta unificada do FES:

- 1 - Retomada da negociação coletiva, conforme convenção 151 da OIT, com o conjunto dos servidores;
- 2 - Compromisso do Governo de não retornar os projetos de lei para a ALEP (tanto da ParanaPrevidência, como o de retirada de direitos dos servidores), pagamento em dia de salários e cumprimento da data base em maio;
- 3 - Negociação imediata sobre o pagamento de todos os atrasados das diversas categorias (planos, correções/reestruturações/incorporações de gratificações, reenquadramento, desenvolvimentos nas carreiras/progressão e promoção, auxílio refeição, auxílio transporte, terço de férias);
- 4 - Abertura de debate sobre o fortalecimento do serviço público com concursos públicos e fim das terceirizações.

Pauta Geral do SINDISEAB

Ouvindo as categorias nas plenárias regionais do SINDISEAB entre os meses de fevereiro e março, o sindicato elencou as principais reivindicações que foram referendadas no Encontro Estadual:

- 1 - Data base (1º de maio - Lei PR nº 15.512, de 31/05/2007).
- 2 - Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE:
 - a) Solução para questão dos desenquadrados e desvio de função;
 - b) Reestruturação das tabelas salariais do QPPE;
 - c) Pagamento de atrasados (promoções e progressões, terço de férias, quinquênios e anuênios);
 - d) Descongelamento de periculosidade e insalubridade.
- 3 - Quadro de Fiscalização da ADAPAR:
 - a) Isonomia no tempo de desenvolvimento de carreira entre as carreiras;
 - b) Pagamento de atrasados (promoções e progressões e terço de férias).
- 4 - Benefícios Assistenciais (auxílios transporte, alimentação, saúde e pré-escolar).
- 5 - Concurso público para reposição do quadro efetivo de pessoal.
- 6 - Saúde do Trabalhador - Servidor Público.
- 7 - Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Paraná.
- 8 - SAS - Sistema de Assistência à Saúde do Servidor do Paraná.
- 9 - Aposentados e pensionistas do QPPE (GEEE, paridade, etc).



A prestação de contas do SINDISEAB, referente ao ano de 2014, foi aprovada por unanimidade.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

FES apresenta emendas ao PL da ParanaPrevidência

Se as emendas sugeridas pelo Fórum de Servidores não forem acatadas, não há como aceitar as propostas do governo.

O PL 252/2015 altera as leis: 12.398/1998 - que criou a ParanaPrevidência; e 17.435/2012 - que mudou o plano de custeio.

O governo disse ter aceitado as propostas do Fórum mas não as inseriu no texto do PL 252/2015 que já foi protocolado junto à ALEP, sob a justificativa de ter "faltado tempo".

Marlei Fernandes de Carvalho, que falou pela coordenação do FES, abriu seu discurso lembrando que estas negociações só estão ocorrendo porque os servidores públicos estaduais impediram o "tratoração" com a ocupação da ALEP nos dias 10 e 12 de fevereiro.

O Fórum fez o debate com o governo e estudou o tema profundamente com o apoio de assessores. Apesar do líder do governo, Luiz Cláudio Romanelli, ter afirmado que iria acatar as sugestões do FES, nem todas as reivindicações constam no texto do PL 252 que o governo mandou para a ALEP, no dia 06 de abril, e precisam ser acrescentadas na forma de emendas. Romanelli assumiu o compromisso de apresentar emendas junto à CCJ.

Faltam garantias financeiras

Os servidores querem garantir a solvência (ativo maior que passivo) do Fundo Previdenciário por mais tempo. Hoje a solvência é de 57 anos. Com a nova segregação de massas, que retira do Fundo Previ-

denciário cerca de R\$ 145 milhões/mês, a solvência cai para 29 anos. É preciso que o governo garanta na lei como vai devolver os recursos.

O FES considera vaga a proposta de alteração do Artigo 20, da 17.435/2012, pois não estabelece critérios mínimos de prazo e valor, tornando a solvência do Fundo de Previdência vulnerável. Os servidores ainda lembram que as contribuições financeiras previstas no Artigo 83, da Lei/PR nº 12.398/1998, nunca foram integralmente repassadas e geraram os haveres atuais da ParanaPrevidência.

Por isso o FES reivindica, além dos royalties de Itaipu (até o limite de R\$ 1 bilhão) incluídos no PL 252/2015, que outros aportes de valores iniciem pelo menos a partir de 2030, de no mínimo em 1% do total mensal da folha de pagamentos do Fundo de Previdência; acrescidos de 1% ao ano a partir de 2031; até o limite de 22% de 2051 em diante.

Retroatividade?

Uma surpresa: o PL 252/2015



O pessoal de Curitiba e do Litoral marcou presença na Audiência Pública com as camisetas do SINDISEAB.

prevê que a nova lei passe a vigorar a partir de 1º de janeiro. Isso significa que o governo ficaria autorizado a retirar R\$ 145 milhões referentes a cada mês desde o início do ano, ou seja: R\$ 480 milhões até abril. No entanto, para o cálculo da reposição financeira (R\$ 1 bilhão) para o Fundo Previdenciário, considera a data da promulgação da lei. O FES requer que a lei valha a partir de sua sanção.

Paridade de verdade

Outro problema está na parte da lei que prevê a paridade nos conselhos da instituição. Em caso de empate nos votos nos conselhos de Administração e Fiscal, o presidente tem direito a voto de qualidade, ou seja: vota duas vezes. O FES reivindica que o presidente vote apenas em caso de empate.

O governo quer também indicar os presidentes dos conselhos de Administração e Fiscal, enquanto o FES quer que os presidentes sejam eleitos por seus pares. Outro problema no ponto da paridade é que na nova lei, ao invés de usar o ter-

mo "servidores públicos", o governo insere o termo "agentes públicos". O FES entende que isso abre brecha para que o governo coloque comissionados nos conselhos da ParanaPrevidência.

Mais questionamentos

Não tem nenhuma garantia de que haverá auditoria. Se aprovada a lei, o governo terá resolvido seu problema de caixa, mas sequer assumiu o compromisso de garantir a reposição da data base (como o não parcelamento do reajuste e pelo menos o índice do IPCA); enquanto o FES quer que a folga de caixa do Tesouro do Estado seja investida em pagamentos de dívidas que o governo tem com os servidores (promoção/progressão, terços de férias, horas extras, etc).

Por fim, o Fórum se posicionou absolutamente contra a criação do Regime de Previdência Complementar e reivindica que a lei preveja dois congressos por ano com a participação de todos os inscritos na ParanaPrevidência. O primeiro congresso para definir as diretrizes da gestão para o ano; e o segundo para fazer a avaliação do cumprimento ou não das diretrizes.

Ao final da sessão, o público se exaltou com a fala do líder do governo. Por isso, o presidente da Casa, Ademar Traiano, encerrou a sessão. O PL 252/2015 continua tramitando na ALEP. Antes de ir à votação em plenário, precisa passar pelas Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e Finanças da Casa Legislativa. Esta foi, não custa lembrar, a grande conquista das mobilizações do mês de fevereiro. O FES vai continuar acompanhando cada passo deste trâmite.

O SINDISEAB faz parte da coordenação do Fórum de Servidores.

Mantenha-se informado. Leia os nossos boletins e os documentos enviados por malote. Participe das reuniões nos locais de trabalho, crie grupos de discussão. Se tiver dúvidas ou sugestões, envie email para o sindicato.



Na tarde do dia 08 de abril, as discussões foram acaloradas e as galerias da ALEP ficaram lotadas de servidores para acompanhar a Audiência Pública para debater o tema.